



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO,
GOVERNANÇA E GESTÃO

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2021

**JUSTIFICATIVA PARA MANUTENÇÃO OU
ALTERAÇÃO DE GABARITOS PRELIMINARES**

De acordo com o Edital de Abertura 01/2021, que rege este Concurso Público, argumentações inconsistentes, extemporâneas, que estiverem fora das especificações estabelecidas para a interposição, que contiverem questionamentos de natureza administrativa (por exemplo, relacionados às normas previamente estipuladas em Edital) não obterão resposta da banca avaliadora e, por isso, não terão respostas publicadas na *Internet*. Não serão computadas as questões não assinaladas na grade de respostas, nem as que contiverem mais de uma *resposta*, emenda ou rasura, ainda que legível.

NÍVEL SUPERIOR

MATÉRIA: LÍNGUA PORTUGUESA

CARGO(S): ANALISTA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (APOG)

QUESTÃO: 01 - MANTIDA alternativa 'A'. A questão solicitava que 'Relativamente ao preenchimento das lacunas tracejadas das linhas 03, 24 e 43, considerando o uso dos verbos 'provir', 'afligir' e 'gerar', avalie as assertivas que seguem:

- I. Na linha 03, o verbo 'provir' pode ser flexionado na terceira pessoal do singular ou na terceira do plural, mantendo a correção gramatical.
- II. 'afligem' completaria corretamente a lacuna da linha 24, considerando a sintaxe do período que em ocorre.
- III. Na linha 43, 'gera' completaria corretamente a lacuna, visto que o sujeito, naquele contexto, é dito implícito.' E, a seguir, fossem indicadas as assertivas consideradas corretas.

Em primeiro lugar, o equívoco ortográfico constante da assertiva I em nada oferece a possibilidade de falta de compreensão da afirmação em si; e, em segundo lugar, não é de praxe nem tampouco usual trabalhar esta banca e a própria instituição responsável pelo certame com a ideia sugerida pelo recurso de que se trataria de uma 'pegadinha'. Portanto, inverossível tal afirmação.

Quanto à afirmação I, dada como correta, esta se fundamenta em Cegalla, pág. 455, que diz: "Sendo o sujeito uma das expressões quantitativas *a maior parte de, parte de, a maioria de, grande número de, etc.*, seguida de substantivo ou pronome no plural, o verbo, quando posposto ao sujeito, pode ir para o singular ou para o plural, conforme se queira efetuar uma concordância enfática, expressiva, com a ideia de pluralidade sugerida pelo sujeito."

QUESTÃO: 02 - MANTIDA alternativa 'C'. A questão solicitava que: 'No que tange ao uso da palavra 'a', considere as seguintes afirmações:

- I. Na linha 09, a lacuna pontilhada deve ser preenchida pela preposição 'a' contraída com o artigo feminino 'a', assumindo, portanto, a forma 'à'.
- II. Na linha 24, a lacuna pontilhada deveria ser obrigatoriamente preenchida por 'à', visto estarem presentes as condições para uso da crase.
- III. Nas três lacunas pontilhadas das linhas 40 e 41, observa-se apenas a necessidade de uso da preposição 'a'.

E, a seguir, fossem indicadas as assertivas consideradas corretas.

Ao analisarmos as assertivas, verificamos que apenas a III está correta, visto que nas lacunas pontilhadas apenas a preposição 'a' faz o preenchimento correto. Quanto ao preenchimento da lacuna da linha 24 - 'mas por causas alheias ... nós que nos tocamos.' - não se usa crase diante de pronomes pessoais - observe-se em Cegalla, pág. 279. Além disso, o fato de o texto estar contido em outra mídia, não significa que esteja plenamente adequado às normas da Língua Portuguesa, tanto que, ao final do texto da prova, há uma anotação dizendo: 'texto adaptado', o que garante à banca a correção de eventuais deslizos e adaptações necessárias à construção de questões.

QUESTÃO: 03 - MANTIDA alternativa 'E'. A questão solicitava que 'No que se refere à estrutura e aos processos de formação de palavras retiradas do texto, avalie as afirmações que seguem:

- I. Os vocábulos 'profundamente' e 'resolvermos' são formados por sufixação.
- II. Em 'ilimitado' ocorrem prefixo e sufixo.
- III. A palavra 'automóveis' é exemplo de hibridismo, nome dado à formação de palavras com elementos de idiomas diferentes.

Após análise das assertivas, deveria ser assinalada a alternativa que contivesse as assertivas consideradas corretas.

Relativamente à assertiva II - Em 'ilimitado' ocorrem prefixo e sufixo. Em primeiro lugar, é importante que se observe o enunciado da questão - 'em relação às palavras retiradas do texto, então o objeto de análise são palavras, especificamente. No que tange à estrutura e formação de palavras, vamos ao que nos diz Bechara:

No que diz respeito à formação de palavras do ponto de vista constitucional (e aí contido no enunciado), os falantes criam palavras para atender suas necessidades, sejam de quais precisarem. Ocorre neologismos, que penetram na língua por diversos caminhos. O primeiro deles é mediante a utilização dos elementos ditos 'prata da casa' (palavras, prefixos, sufixos), isto é, já existentes no idioma, quer no significado usual, quer por mudança do significado, o que já um modo de revitalizar o léxico da língua. Entre os procedimentos formas temos a composição e a derivação.

Diz Bechara: "De todos esses procedimentos de revitalização do léxico, merecem atenção especial para a gramática a composição e a derivação, tendo em vista a regularidade e sistematicidade com que operam na criação de novas palavras."

Outra fonte de revitalização lexical são os empréstimos e calcos linguísticos, isto é, palavras e elementos gramaticais tomados ou traduzidos ou de outra comunidade linguística dentro da mesma língua histórica ou de línguas estrangeiras.

Bechara cita outros processos de formação de palavras: a formação regressiva, a abreviação, a reduplicação, a conversão, a combinação e a intensificação. Em relação à conversão, diz o autor: "Os casos de conversão recebem o nome de 'derivação imprópria. Como a conversão não repercute na estrutura do significante de base, muitos estudiosos, com razão, não a incluem como processo especial de formação de palavras, como demonstra a hipertaxe.

Cegalla, por sua vez, traz o processo de derivação imprópria, dizendo que consiste em mudar a classe de uma palavra, estendendo-lhe a significação, entretanto, observa que 'o processo de derivação imprópria não interessa à morfologia, mas à semântica e à estilística'.

Eis, portanto, a descrição do que os autores base desta prova nos apresentam: quanto à estrutura e formação da palavra 'ilimitado' tem-se que há um sufixo nominal (-ado); uma prefixo i- (negação) unidos a uma radical limit. Portanto, estruturalmente e quanto à formação (objeto expresso no enunciado), é indiscutível a afirmação contida na assertiva II.

QUESTÃO: 05 - MANTIDA alternativa 'B'. A questão solicitava que: 'Assinale a alternativa em que a palavra 'que' NÃO retoma outro elemento do texto.

- A) Talvez o poder de criação seja uma das características que mais nos diferencia de todos (l.01).
- B) Dizem que a necessidade é a mãe da invenção (l. 07-08).
- C) lembrei de uma palavra que a meu ver, pode ser o verdadeiro ponto de origem (l. 09).
- D) resolvermos ou aprimorarmos o que for necessário. (l. 13).
- E) um aumento das inquietações humanas sobre os problemas que nossas próprias criações estão causando no planeta (l. 35-36).

Na alternativa B, a palavra QUE funciona como conjunção integrante, conforme divulgado no gabarito da questão, Em E, a palavra **que** é um pronome relativo, pois se refere à expressão 'os problemas'.

QUESTÃO: 06 - MANTIDA alternativa 'A'. A questão solicitava que: 'Sobre o uso de acento gráfico em vocábulos do texto, considere o fragmento que segue e as afirmações subsequentes, assinalando V, se verdadeiro, ou F, se falso.

'No dicionário, inquietude é explicada como "falta de sossego". Só aquilo que nos inquieta, chama nossa atenção e nos gera um certo incômodo é capaz de nos tirar da inércia para resolvermos ou aprimorarmos o que for necessário. Observar a inquietude por esse ângulo de "potência a ser revelada" pode nos levar além, pois revela a direção de para onde nossa alma está apontando para criar e atuar'.

- () 'dicionário', 'inércia', 'necessário' e 'potência' são acentuados em virtude da mesma regra.
- () 'incômodo' e 'ângulo' são acentuados por serem proparoxítonos.
- () São exemplos de oxítonos que devem ser acentuados: 'está' e 'além'.
- () é e só são monossílabos tônicos acentuados.
- () é, 'incômodo', 'inércia', 'potência' e 'está' são palavras que, se retirados os acentos gráficos continuam a existir na Língua Portuguesa; entretanto, assumindo outra classe gramatical.

Quanto à primeira afirmação: "dicionário", "inércia", "necessário" e "potência" são acentuados em virtude da mesma regra. Assertiva correta, visto que todas as palavras citadas são acentuadas em virtude de serem paroxítonas terminadas em ditongo. (Cegalla, pág. 71).

No que tange aos vocábulos 'inércia' e 'potência', quando essas têm o acento gráfico retirado, passam de substantivos a formas verbais.

- Verbo **potenciar**; flexionado na 3ª pes. Sing. Pres. Indicativo - Significação em Aurélio.

Elevar (qualquer quantidade) a uma potência. [Pres. ind.: *potencio, potencias, potencia, etc.* Cf. *potência*.]

- Verbo **inerciar**: flexionado na 3ª pes. Sing. Pres. Indicativo - Significação em Aurélio.

1. Transmitir inércia a; tornar inerte. [Pres. ind.: *inercio, inercias, inercia, etc.* Cf. *inércia*.]

QUESTÃO: 08 - MANTIDA alternativa 'C'. A questão solicitava que: 'Observe o seguinte fragmento do texto: 'Observar a inquietude por esse ângulo de "**potência a ser revelada**" pode nos levar além, pois revela a direção de para onde nossa alma está apontando para criar e atuar.' (l. 13-15) e as seguintes propostas de reescrita:'

A questão solicitava que fossem avaliadas as possibilidades de reescrita e que, após análise, fossem indicadas aquelas que estavam corretas no que tange ao uso da língua. Foi indicada apenas a assertiva III.

Quanto às demais:

I – Errada, pois a troca de 'pode' por 'deve' implica mudança em nível de significação; troca de 'pois' (explicativo) por visto que - causal, altera a relação estabelecida pelos conectores.

II – Errada, pois altera a proposição inicial, cuja ação primeira era observar; levar além (parte do fato de revelar a direção o que conduzirá a observar a inquietude podendo nos levar a quem (reduzindo a capacidade de criar e atuar).

Ambas as assertivas não equivalem ao enunciado original, portanto são propostas inadequadas - erradas - pois alteram a proposta inicial em nível semântico e gramatical.

Quanto à colocação dos pronomes átonos nas locuções verbais, observe-se em Cegalla, Pág. 543 (verbo auxiliar + infinitivo) assume três formas (pronomes após segundo verbo; pronome após primeiro verbo com hífen; pronome entre os dois verbos sem hífen).

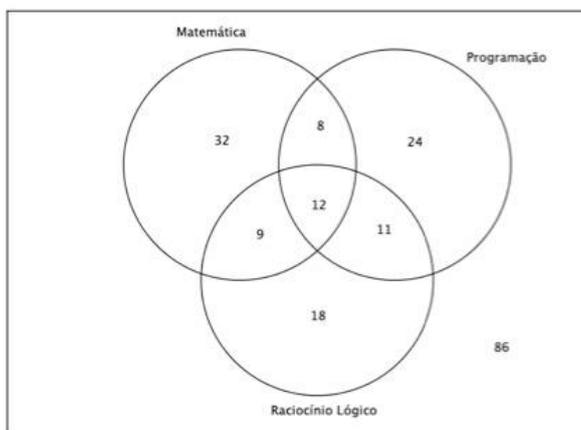
MATÉRIA: RACIOCÍNIO LÓGICO E ESTATÍSTICA

CARGO(S): ANALISTA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (APOG)

QUESTÃO: 13 - MANTIDA alternativa 'A'. Segue em anexo o diagrama que apresenta a justificativa da resposta.

Para responder a essa questão, que é uma questão de operações entre conjuntos, é possível usar um diagrama de Venn (que identifica de forma visual os resultados que serão obtidos fazendo uso do princípio da inclusão e exclusão de conjuntos). De acordo com o enunciado, temos que:

Em uma escola de informática foram entrevistados 200 alunos. Com a entrevista, pode-se concluir que 61 alunos estudam Matemática (que é o resultado que obtemos fazendo $32+8+12+9$), 55 estudam Programação (resultado que obtemos quando fazemos $24+11+12+8$) e 50 estudam Raciocínio Lógico (resultado obtido quando fazemos $18+11+12+9$). Ainda, 20 ($8+12$) alunos estudam Matemática e Programação, 23 ($12+11$) estudam Raciocínio Lógico e Programação e 21 ($12+9$) estudam Matemática e Raciocínio Lógico. E 12 alunos estudam as três disciplinas, Matemática, Raciocínio Lógico e Programação.



Assim, é possível observar que 86 alunos não estudam nenhuma das três disciplinas.
Alternativa A.

Legenda: diagrama de Venn

QUESTÃO: 14 - MANTIDA alternativa 'B'. Segue em anexo a imagem que ilustra a resolução da questão.

Quando dizemos que "Nenhum aluno está preparado para a prova", em termos de raciocínio lógico, estamos dizendo que "Todos os alunos não estão preparados para a prova". Então, se essa frase é falsa, a sua negação, que é dada por "Existe aluno que está preparado para a prova" é verdadeira.

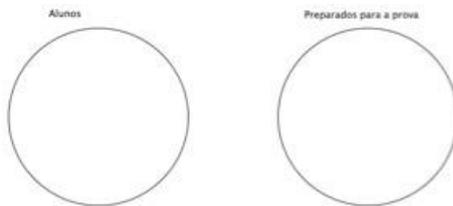
Em símbolos, fazendo uso de equivalências lógicas, temos:

A(x): x é aluno

P(x): x está preparado para a prova

$$\sim[\forall x(A(x) \rightarrow \sim P(x))] \equiv \exists x \sim(A(x) \rightarrow \sim P(x)) \equiv \exists x \sim(\sim A(x) \vee \sim P(x)) \equiv \exists x(\sim \sim A(x) \wedge \sim \sim P(x)) \equiv \exists x(A(x) \wedge P(x))$$

A mesma situação pode ser interpretada como um diagrama, que representa o enunciado categórico "Nenhum A é P", que é falsa, por hipótese.



E cuja negação, que será verdadeira, é dada por "Algum A é P", simbolizado pelo diagrama abaixo.



Legenda: negação de quantificadores

QUESTÃO: 16 - MANTIDA alternativa 'C'. Conforme fórmula e exemplo apresentado em Downing e Clark (2011), pg. 18 (abaixo):

A fórmula para o cálculo da média é dada pelo somatório da multiplicação do ponto médio (xi) do intervalo pela frequência (f), dividido pelo total (n), isto é:

$$\text{Média} = \text{Somatório } (xi \cdot f) / n$$

$$\text{Média} = [(5 \cdot 25) + (15 \cdot 10) + (25 \cdot 49) + (35 \cdot 88) + (45 \cdot 28)] / 200 = 5840 / 200 = 29,2$$

letra C

Assim como no exemplo apresentado em Downing e Clark (2011), pg. 18, o fato das extremidades estarem ou não incluídas no intervalo não influenciam nem alteram o cálculo da média, não sendo essa uma informação necessária ao desenvolvimento da questão.

Questão mantida.

1. D. Downing e J. Clark, tradução A. A. Farias. Estatística Aplicada (3ª edição). São Paulo: Saraiva, 2011.

Na realidade, não nos interessa saber quantas pessoas têm renda de \$10.000,02, em comparação com \$ 10.000,03. O que nos interessa é ter os dados apresentados como uma tabela de frequências que agrupe os dados em categorias mais amplas. Dados apresentados nessa forma chamam-se **dados agrupados**. Eis a tabela de frequência das rendas:

Renda Bruta Ajustada (em \$ 1.000)	Número de Contribuintes
0 - 1	3.550.455
1 - 3	6.472.017
3 - 5	5.748.112
5 - 7	5.825.575
7 - 9	5.963.864
9 - 11	5.701.001
11 - 13	5.496.355
13 - 15	5.210.087
15 - 17	4.859.885
17 - 19	4.306.292
19 - 22	6.252.720
22 - 25	5.426.552
25 - 30	7.783.772
30 - 40	12.358.342
40 - 50	9.072.138
50 - 75	12.248.446
75 - 100	4.224.878
100 - 200	3.107.998
200 - 500	786.038
500 - 1.000	140.803
> 1.000	66.485
Total 114.601.815	

E quanto a uma pessoa que tenha uma renda de exatamente \$ 11.000,00? Ela será enquadrada na classe de 9-11 milhares, de forma que a indicação de classe deve ser feita assim: 9 mil ou mais, porém menos de 11 mil.

É interessante calcular o valor médio para a renda bruta ajustada. Já utilizamos essa fórmula para calcular a altura média dos elementos de um pelotão:

$$\bar{x} = \frac{\sum_{i=1}^m f_i x_i}{n}$$

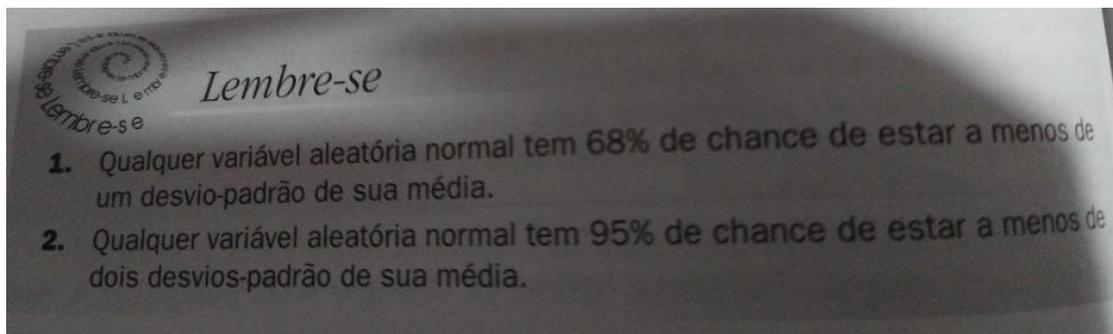
Surge, entretanto, uma complicação, porque os dados estão agrupados por classes, e não por valores individuais. Assim é que a tabela nos diz que 5.701.001 indivíduos têm renda entre \$ 9.000 e \$ 11.000. Entretanto, nada sabemos sobre a distribuição exata nesse intervalo. Todos os 5.701.001 indivíduos poderiam ter renda de \$ 9.000,57 ou de \$ 10.999,71. Nenhuma dessas hipóteses parece, entretanto, viável. Supomos que as rendas das 5.701.001 pessoas estejam provavelmente distribuídas de maneira uniforme no intervalo de \$ 9.000 a \$ 11.000. Podemos, pois,

Downing e Clark (2011), pg. 18

QUESTÃO: 18 - MANTIDA alternativa 'D'. A terminologia está apresentada tal como encontrada em Downing e Clark (2011), pg. 120 (abaixo). Assim como apresentado e explicado em Castanheira (2012), pg. 202.

Questão mantida.

1. D. Downing e J. Clark, tradução A. A. Farias. Estatística Aplicada (3ª edição). São Paulo: Saraiva, 2011.
2. N. P. Castanheira. Estatística aplicada a todos os níveis [livro eletrônico]: 5. ed. rev. e atual. Curitiba: Ibpex, 2012.



Legenda: Downing e Clark, 2011, pg. 120

QUESTÃO: 20 - MANTIDA alternativa 'E'. O processo de aproximação de valores numéricos consiste na minimização máxima possível dos erros. Procurando-se resultados o mais preciso possível (Sanchez e Furlan, 2007).

Conforme Machado (2011), “um cálculo aproximado pode ser tão bom quanto um exato”.

Define-se erro como a diferença entre o valor real e o observado, podendo ser positivo ou negativo (Mota, 2020).

Em manipulações estatísticas, observa-se a “lei do erro normal”, onde o mesmo distribuíse normalmente em torno de uma média igual a zero (Cabral, 2004).

Isto é, uma aproximação pode também ser exata.

Logo, a presença da palavra “aproximadamente” não tornam incorretas as alternativas mencionadas.

Não há prejuízos ao desenvolvimento da questão.

Questão mantida.

1. J. Machado. Sobre a ideia de aproximação em matemática. Universidade de São Paulo/Faculdade de Educação: Seminários de Ensino de Matemática (SEMA), 2011. Disponível em: <https://www.nilsonjosemachado.net/sema20110311.pdf>. Acesso jan/2022.

2. J. Sanchez e D. C. Furlan. Métodos Numéricos. Universidade Federal do Paraná Departamento de Informática, 2007. Disponível em: <https://sistemas.eel.usp.br/docentes/arquivos/5817712/325/apostilaMN.pdf>. Acesso jan/2022.

3. Mota, Rafael Perazzo Barbosa. “Código livre Scilab para o ensino de Cálculo Numérico.” *Brazilian Symposium on Computers in Education (Simpósio Brasileiro de Informática na Educação-SBIE)*. Vol. 1. No. 1. 2020. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/reatmat/CalculoNumerico/livro-sci/main.html>. Acesso jan/2022.

4. Cabral, Paulo. Erros e incertezas nas medições. *IEP: Departamento de Física, 2004*. Disponível em: <http://www.peb.ufrj.br/cursos/ErrosIncertezas.pdf>. Acesso jan/2022.

MATÉRIA: DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL

CARGO(S): ANALISTA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (APOG)

QUESTÃO: 21 - MANTIDA alternativa 'E'. A questão está de acordo com o disposto no art. 8º da Lei 14.133/2021, observando sua literalidade. Além disso, a regra de exceção apresentada no recurso é cobrada na alternativa “c”. Portanto, indefiro.

QUESTÃO: 22 - MANTIDA alternativa 'D'. O programa de DIREITO ADMINISTRATIVO, em seu item 10 contempla “Parcerias e consórcios”, sendo absolutamente regular a cobrança do conteúdo pertinente a tema expressamente constante do edital, sem que esta seja expressamente indicada.

Em relação ao conteúdo das assertivas, todas encontram amparo na literalidade da lei, a saber: Art. 1º, §1º, §2º, Art. 3º, 4º, §3º e 8º, §5º, todos da Lei 11.107/2005 que, repete-se, tem por objeto tema expressamente constante do edital.

QUESTÃO: 23 - MANTIDA alternativa 'C'. Com a devida vênia, a comissão processante não dará conhecimento ao Juiz, mas ao Ministério Público, logo, incorreta a assertiva, porquanto a comissão processante não detém capacidade postulatória (Art. 15 da Lei 8429/1992).

QUESTÃO: 24 - MANTIDA alternativa 'B'. A questão está em conformidade com os Arts. 224, 227, 225, 227, §1º e §3º, da LC 10.098/1994. Não há falar em identidade entre as expressões prova documental e peças informativas. Isso porque o conceito de prova documental é mais amplo do que o de peças informativas. A peça informativa é a produzida em procedimento próprio e integrante de inquérito ou sindicância, enquanto a prova documental tem por origem qualquer fonte, inclusive a produzida pelas partes no bojo do próprio PAD. A prova documental não goza de presunção de veracidade, elemento característico da peça informativa, pois decorrente de ato administrativo, como sugere a hipótese dos autos. Em essência, são institutos diversos.

QUESTÃO: 25 - ANULADA. Analisando o teor da questão e a legislação vigente, efetivamente, verifica-se que a esta apresenta duas alternativas incorretas. A alternativa "a" está em desacordo com o art. 1º, §1º, da Lei n. 13.421/2010, e a alternativa "d" está em desacordo com o art. 6º, §1º, da mesma Lei. Portanto, impõe-se a anulação da questão.

QUESTÃO: 26 - ANULADA. Analisando os recursos e o teor do programa do edital, verifica-se que, efetivamente, não houve expressa menção quanto à possibilidade de cobrança de jurisprudência dos tribunais superiores acerca das matérias veiculadas no edital. Sendo assim, impõe-se a anulação da questão, como forma de garantir a isonomia do certame. Dou provimento.

QUESTÃO: 27 - MANTIDA alternativa 'C'. Com a devida vênia, não há qualquer nulidade na questão.

As alternativas reproduzem o Art. 14, §§ 5º, 6º, 7º, §10 e §12, da CF, sendo o entendimento do STF mera interpretação dos dispositivos referidos.

Não há que falar, portanto, em matéria não constante do edital. Pensar diferente seria, por exemplo, permitir que texto de lei tido por inconstitucional pelo STF fosse cobrado como correto, já que não formalmente revogado, o que se mostra teratológico.

QUESTÃO: 28 - MANTIDA alternativa 'D'. As alternativas da questão estão em conformidade com o disposto nos Arts. 136, caput e §§ 2º e 4º, 18, caput e §2º, da CF. O termo autorizado é evidentemente diverso do termo ouvido, porque os Conselhos não emitem autorização, mas opinião, o que, juridicamente, não guarda qualquer identidade com o conteúdo da autorização.

QUESTÃO: 29 - ANULADA. Efetivamente, houve equívoco na grafia do nome do jurista alemão Carl Schmitt, o que, a despeito de não causar prejuízo à compreensão da questão, pode ter induzido parcela dos candidatos a erro. Razão pela qual, para garantir a isonomia do certame, impõe-se a anulação da questão, o que prejudica a análise do teor dos demais recursos.

QUESTÃO: 30 - MANTIDA alternativa 'D'. A questão apresenta os conceitos ofertados pela doutrina, em aspectos gerais e todos corretamente assinalados. Como referência, cita-se, por todas: LENZA, Pedro. *Direito Constitucional Esquemático*. 25 ed. São Paulo: Saraiva, 2021. Importante ressaltar que a cobrança de doutrina em provas de concurso público deve observar a doutrina predominante, que a apresentada nas assertivas indicadas. Não havendo qualquer equívoco, nego provimento.

MATÉRIA: GOVERNANÇA E GESTÃO

CARGO(S): ANALISTA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (APOG)

QUESTÃO: 31 - ANULADA. Conforme o autor utilizado (Maximiliano), a definição de eficiência envolve ausência de desperdícios, uso econômico de recursos e a menor quantidade de recursos para produzir mais resultados. Dessa maneira, a questão ficou sem resposta correta.

QUESTÃO: 33 - MANTIDA alternativa 'E'. Para a autora utilizada, “a hierarquia ocorre quando há diferença de posição dos órgãos no escalonamento estrutural, de tal modo que o órgão superior, nas relações com o subordinado, exerce uma série de poderes aos quais o subordinado se sujeita. Trata-se de relações de supremacia-subordinação. Existe hierarquia entre órgãos inseridos na mesma estrutura, ou seja, no âmbito da estrutura interna da mesma pessoa jurídica. No ordenamento brasileiro, pode-se dizer que a hierarquia é vínculo que ocorre entre órgãos da Administração direta ou no interior de cada entidade da Administração indireta.” Portanto, a alternativa está correta.

QUESTÃO: 36 - MANTIDA alternativa 'A'. A alternativa está correta, pois o líder tem intervenção mínima, impondo as regras básicas de trabalho do grupo.

QUESTÃO: 37 - MANTIDA alternativa 'E'. O edital não previa bibliografia. A banca se apoiou no edital, que previa, como um dos conteúdos a ser abordado, o tema “Motivação” e utilizou um autor consagrado na área da administração para apoiar seu questionamento.

QUESTÃO: 38 - MANTIDA alternativa 'B'. Edital não previa bibliografia. A banca se apoiou no edital, que previa, como um dos conteúdos a ser abordado, o tema “Trabalho em equipe” e utilizou um autor consagrado na área da administração para apoiar seu questionamento.

QUESTÃO: 41 - ANULADA. A questão teve um erro na sua elaboração, pois ficou incompleta. A resposta desejada pela banca era a exceção das alternativas, da maneira formulada ficou sem alternativa válida.

QUESTÃO: 42 - MANTIDA alternativa 'E'. A banca elaborou o questionamento baseado no autor Carranza, que é bem explícito em relação às formas de administrar o Estado.

QUESTÃO: 43 - MANTIDA alternativa 'D'. A falta do verbo no início da frase na alternativa D não invalida sua resposta.

QUESTÃO: 45 - MANTIDA alternativa 'D'. O edital não previa bibliografia. A banca se apoiou no edital, que previa, como um dos conteúdos a ser abordado, o tema “processos de gestão” e utilizou autores da área da administração para apoiar seu questionamento.

QUESTÃO: 46 - MANTIDA alternativa 'C'. O recurso apresentado não condiz com o conteúdo da questão.

QUESTÃO: 51 - MANTIDA alternativa 'A'. A questão é referente ao Ciclo de Vida do Projeto e não às fases do projeto.

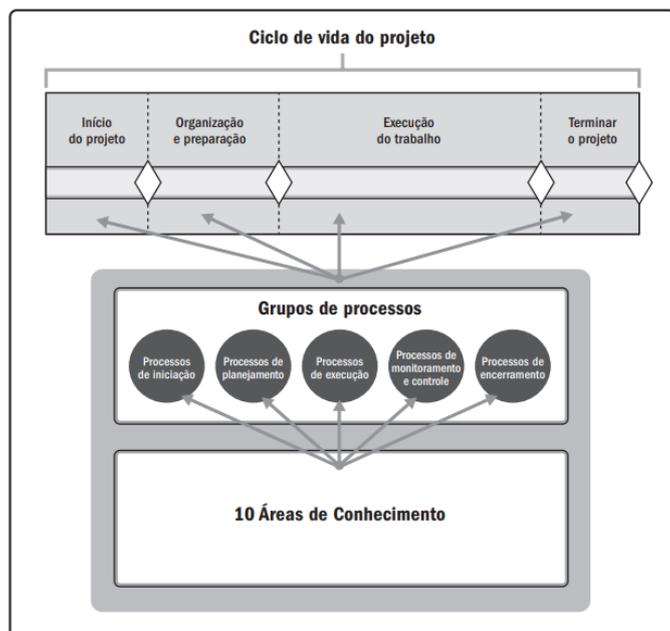


Figura 1- 5. Inter-relação dos componentes-chave do Guia PMBOK® em projetos
Legenda: Ciclo de vida do projeto

QUESTÃO: 52 - MANTIDA alternativa 'B'. O dicionário da EAP deve descrever claramente o que deve ser feito em cada um dos pacotes de trabalho do projeto. [Guia PMBOK®, seção 5.4.3.1].

A EAP é uma decomposição hierárquica do escopo total do trabalho a ser executado pela equipe do projeto a fim de atingir os objetivos do projeto e criar as entregas requeridas. Cada nível descendente da EAP representa uma definição cada vez mais detalhada do trabalho do projeto

Dicionário da EAP. O dicionário da EAP é um documento que fornece informações detalhadas sobre entregas, atividades e agendamento de cada componente da EAP. O dicionário da EAP é um documento que dá suporte à mesma. A maioria das informações incluídas no dicionário da EAP é criada por outros processos e adicionadas a este documento em um estágio posterior. As informações no dicionário da EAP incluem, mas não estão limitadas a: n Identificador de código de contas, n Descrição do trabalho, n Premissas e restrições, n Organização responsável, n Marcos do cronograma, n Atividades do cronograma associadas, n Recursos necessários, n

Estimativa de custos, n Requisitos da qualidade, n Critérios de aceitação, n Referências técnicas, e n Informações sobre acordos.

QUESTÃO: 53 - MANTIDA alternativa 'E'. Para conclusões sobre desempenho do projeto, tanto de prazo quanto de custo, além do valor planejado e do custo real, é necessário saber o valor agregado. Sem o valor agregado, não é possível avaliar o projeto. [Guia PMBOK®, seção 7.4.2.2]

QUESTÃO: 54 - ANULADA. A Estrutura de PMO de suporte possui um baixo nível de controle sobre os projetos. Esta estrutura apenas desempenha papel consultivo no projeto. A estrutura de PMO diretivo possui o mais alto nível de controle no projeto. Esta estrutura gerencia diretamente o projeto. Estrutura de PMO balanceado é nomenclatura inventada. [Guia PMBOK®, seção 2.4.4.3]

QUESTÃO: 56 - MANTIDA alternativa 'A'. De acordo com o Guia Scrum de novembro de 2020, o time scrum consiste de:

Scrum Team

A unidade fundamental do Scrum é um pequeno time de pessoas, um Scrum Team. O Scrum Team consiste em um Scrum Master, um Product owner e Developers. Dentro de um Scrum Team, não há subtimes ou hierarquias. É uma unidade coesa de profissionais focados em um objetivo de cada vez, a Meta do Produto.

QUESTÃO: 57 - ANULADA. A Sprint Sprints são o coração do Scrum, onde ideias são transformadas em valor. São eventos de duração fixa de um mês ou menos para criar consistência. Uma nova Sprint começa imediatamente após a conclusão da Sprint anterior.

Todo o trabalho necessário para atingir a meta do Produto, incluindo Sprint Planning, Daily Scrums, Sprint Review e Sprint Retrospective, acontece dentro de Sprints. A banca partiu da premissa de 1 mês consiste de 4 semanas, mas realmente 1 mês pode conter 5 semanas. Questão anulada

QUESTÃO: 60 - MANTIDA alternativa 'B'. De acordo com as questões de gestão publicadas no edital do certame: 2. Gestão da informação: Lei de acesso à informação; Transparência da administração pública; Portal da Transparência; Informação e confiabilidade: a validade dos dados. Informação e ética. Governança de Dados; Segurança da Informação: fundamentos, ameaças, políticas de segurança e auditoria (definição, implantação e gestão), assinatura e certificação digital; Compartilhamento de Dados. Tratamento de Dados, ETL – ExtractTransformLoad; Proteção e Tratamento de Dados Pessoais; Ciências de Dados; Abertura de Dados.

O edital, não faz referência a nenhum Decreto, e sim sobre a forma que os dados são compartilhados e tratados no âmbito da administração pública federal, o que é detalhado no decreto nº 10.046, de 9 de outubro de 2019

QUESTÃO: 61 - MANTIDA alternativa 'D'. Sobre a Tecnologia. Conceito. De uma forma geral, uma *blockchain* é um software que funciona como um **livro-razão distribuído** pelos nós de uma rede. O que distingue esse livro-razão dos bancos de dados ou softwares tradicionais é a sua natureza de resistência à adulteração, pois a alteração dos dados de um bloco requer a manipulação de todos os outros blocos anteriores.

<https://www.gov.br/governodigital/pt-br/governanca-de-dados/blockchain>

QUESTÃO: 62 - MANTIDA alternativa 'A'. A questão não é referente às formas de pagamento do sequestro de dados, e sim sobre o conceito de um RANSOMWARE. Sendo assim, a única alternativa que descreve o que seria um RANSOMWARE é a alternativa "A".

QUESTÃO: 63 - MANTIDA alternativa 'B'. 4. Governança pública: dimensões da coordenação: intra-governamental, inter-governamental e governo-sociedade; arranjos institucionais para coordenação, implementação, avaliação e monitoramento de políticas públicas; sistemas de informações estratégicas; indicadores de produtividade, eficiência, eficácia, efetividade; mecanismos, arranjos de governança e modelo de governança de programas matriciais; Soluções de Suporte à decisão: BI (Business Intelligence), BA (business analytics), Big Data, Machine Learning, Análise preditiva, Análise prescritiva.

O GUIA DA POLÍTICA DE GOVERNANÇA PÚBLICA define os seus princípios como: capacidade de resposta, integridade, confiabilidade, melhoria regulatória, prestação de contas e responsabilidade e transparência.

<https://www.gov.br/casacivil/pt-br/centrais-de-conteudo/downloads/guia-da-politica-de-governanca-publica>

QUESTÃO: 64 - MANTIDA alternativa 'C'. Única alternativa correta é a letra "C". A LEI Nº 12.965, DE 23 DE ABRIL DE 2014, também conhecida como O Marco Civil da Internet, estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm

QUESTÃO: 65 - MANTIDA alternativa 'C'. As 5 (cinco) etapas da abordagem do Design Thinking, aplicado ao contexto do Serviço Público são: Entender, Definir, Imaginar, Testar e Projetar.

https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3138/1/Toolkit_DTSP_ENAP.pdf



O presente Kit de Ferramentas foi elaborado considerando as diferentes etapas da abordagem do Design Thinking, aplicando-as ao contexto do setor público.

Para cada etapa, sugerimos ferramentas que poderão ajudar no desenvolvimento de projetos de inovação na sua área de atuação.

Vamos começar?

Legenda: Etapas da abordagem do Design Thinking

QUESTÃO: 67 - MANTIDA alternativa 'E'. Justificativa: As ferramentas do Design Thinking definidos pelo Kit de Ferramentas Design Thinking aplicado ao Serviço Público, são: Desk Research, Etimologia do Serviço, Ecologia do Serviço, Entrevista de Profundidade, Observação do Serviço, Participação no Serviço, Persona, Jornada do Usuário, Registro Visual, Swap Ideation, Matriz 2x2, Encenação, Storyboard, Prototipagem Rápida e Blueprint do Serviço.

https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3138/1/Toolkit_DTSP_ENAP.pdf

MATÉRIA: PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO PÚBLICO

CARGO(S): ANALISTA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (APOG)

QUESTÃO: 75 - MANTIDA alternativa 'D'. A questão em tela assinala como verdadeiras as seguintes afirmativas como exemplos de despesas classificadas como Inversões Financeiras:

1. Aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização;
2. Aquisição de títulos representativos do capital de empresa já constituída, quando a operação não importe aumento do capital.

A classificação das despesas orçamentárias foi criada pela Lei 4.320, de 17 de março de 1964:

“Art. 12. A despesa será classificada nas seguintes categorias econômicas:

DESPESAS CORRENTES

Despesas de Custeio

Transferências Correntes

DESPESAS DE CAPITAL

Investimentos

Inversões Financeiras

Transferências de Capital

(...)

- 4º Classificam-se como investimentos as dotações para o planejamento e a execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, bem como

para os programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente e constituição ou aumento do capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro.

- 5º Classificam-se como Inversões Financeiras as dotações destinadas a:

I - aquisição de imóveis, ou de bens de capital já em utilização;

II - aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital;

III - constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros.”

Além disso, temos a Portaria Interministerial 163, de 4 de maio de 2001, que dispõe sobre normas gerais de consolidação das Contas Públicas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e dá outras providências. Essa Portaria corrobora, não contraria, nem modifica (nem poderia em face da hierarquia das leis) o que já estabelecia a Lei 4.320/1964. A Portaria assim define Inversões Financeiras:

“Despesas orçamentárias com a aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização; aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital; e com a constituição ou aumento do capital de empresas, além de outras despesas classificáveis neste grupo.”

Dito isto, fica claro e evidente que o gabarito publicado está correto, a alternativa certa é a da letra D.

QUESTÃO: 76 - MANTIDA alternativa 'C'. Alega o recorrente que a segunda assertiva do enunciado seria Verdadeira, e não Falsa como foi considerada no gabarito publicado. Diz a assertiva: “Nenhum tributo pode ser exigido ou aumentado sem que a lei o estabeleça, nenhum pode ser cobrado em cada exercício sem prévia autorização orçamentária.”

O enunciado é claro ao dizer que a base do questionamento são as disposições da Lei 4.320/1964. Então, vejamos o que diz a lei:

“Art. 51. Nenhum tributo será exigido ou aumentado sem que a lei o estabeleça, nenhum será cobrado em cada exercício sem prévia autorização orçamentária, **ressalvados a tarifa aduaneira e o imposto lançado por motivo de guerra.**” (grifo da banca).

Então, com a ressalva contida lei, a afirmativa referida é Falsa. Deste modo, o gabarito publicado está correto. A resposta correta é a da letra C.

QUESTÃO: 77 - MANTIDA alternativa 'E'. A questão aborda a chamada Lei de Responsabilidade Fiscal Estadual, Lei 14.836, de 14/01/2016. O enunciado da questão coloca para análise do candidato as seguintes afirmativas:

1. A geração de despesa ou assunção de obrigação que não atenda ao disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal Estadual será considerada não autorizada, irregular e lesiva ao patrimônio público.
2. As normas se aplicam aos três poderes do Estado, ao Tribunal de Contas, ao Ministério Público e à Defensoria Pública, além das fundações públicas e autarquias.
3. O processo relativo à criação, à expansão ou ao aperfeiçoamento da ação governamental, como referido, deve ser acompanhado da estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos 2 (dois) subsequentes.
4. Constituição ou aumento do capital de empresa que não seja de caráter comercial ou financeiro.

Em relação às afirmativas I e III, basta dizer que ambas estão plenamente de acordo com os ditames válidos da lei sob análise e, por isso, não houve qualquer contestação por parte dos candidatos.

Houve contestação, entretanto, em relação ao item II. A alegação é de que a assertiva seria verdadeira, correta, o que não é verdade, como veremos: A primeira interpretação é de que a afirmativa estaria sendo considerada errada (não correta) pelo fato de que seu texto está incompleto em relação ao texto original da Lei. Todavia, esta incompletude não invalidaria a afirmativa. O que faz com que a afirmativa não seja considerada correta é o fato de que a parte da Lei onde está contido o texto do item II foi considerado inconstitucional e, por isso, não aplicável.

É importante esclarecer, de pronto, que a redação do item II não refere à literalidade, ao texto da lei, muito menos se trata de uma transcrição do texto original. Mas, diferentemente disso, no enunciado diz: “As normas **se aplicam** aos três poderes do Estado...” E, como se sabe, por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade ADI nº 70069406122 foi considerado inconstitucional parte da lei e, por via de consequência, inaplicável ao Ministério Público, à Defensoria Pública, ao Poder Legislativo, ao Tribunal de Contas e ao Poder Judiciário.

Essa alteração na eficácia da Lei, decorrente da declaração de inconstitucionalidade, é oportuno frisar, já havia ocorrido bem antes da publicação do edital do concurso. Este foi publicado no dia 21/10/2021. ADI 70069406122,

que declarou, por unanimidade, o dispositivo inconstitucional, foi publicada no Diário da Justiça do dia 18/01/2019. Portanto, tudo de acordo com o edital do concurso, que prevê em seu item 6.1.1: “No que se refere à legislação, serão considerados os conteúdos publicados e suas atualizações até a data de lançamento deste Edital, constantes no Anexo VIII.”

Deste modo, reitera-se, a ADI 70069406122, afastou a aplicação da lei em relação ao Ministério Público e a Defensoria Pública, o Poder Legislativo, o Tribunal de Contas do Estado e o Poder Judiciário.

A assertiva II da questão, portanto, não está correta. Ela afirma que as normas se aplicam aos três poderes e aos órgãos autônomos que cita e isto não é verdade. A norma só se aplica ao Poder Executivo, administração direta e indireta.

Resta uma referência à afirmativa IV, pois poder-se-ia alegar que a mesma prejudicou a clareza do enunciado ou compreensão de algum candidato. A bem da verdade, o texto do item IV está, efetivamente, fora de contexto, não diz respeito ao assunto tratado no caput do enunciado. Todavia, a inclusão do item IV na questão em nada a prejudicou. Primeiro, porque o que se pede, a partir do caput do enunciado, é a indicação de quais as assertivas estão corretas. Ora, a assertiva do item IV, nem de longe estaria correta, levando-se com conta o enunciado da questão. Além disso, entre as alternativas dadas nas letras de A, B, C, D e E, nenhuma contém o item IV. Portanto, não há o que se falar em alterar o gabarito ou anular a questão por causa do item IV.

Em razão do exposto, conclui-se que o gabarito publicado está correto ao apontar como certa a alternativa E.

QUESTÃO: 78 - MANTIDA alternativa 'E'. A questão trata das regras Portaria MOG 42/1999. O que se questiona é em relação à assertiva I, na qual consta:

“I - A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios estabelecerão, em atos próprios, suas estruturas de programas, códigos e identificação.”

De acordo com a Portaria MOG 42/1999:

“Art. 3º - A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios estabelecerão, em atos próprios, suas estruturas de programas, códigos e identificação, respeitados os conceitos e determinações desta Portaria.”

O problema colocado na prova é a análise das três assertivas, se elas estão corretas ou não.

Na assertiva em comento, apenas foi suprimida uma parte do que consta na Portaria, a que diz: “respeitados os conceitos e determinações desta Portaria.”

Ora, a supressão referida não altera o sentido da assertiva I, tampouco a torna não verdadeira. Ou seja, mesmo não se referindo à necessidade de observância dos conceitos e determinações da Portaria, a afirmativa está corretíssima ao afirmar simplesmente que os referidos entes, em atos próprios estabelecerão suas estruturas de programas, códigos e identificação.

Deste modo, a resposta correta é a da letra E) Apenas a I e a III. De acordo com o gabarito publicado.

QUESTÃO: 79 - MANTIDA alternativa 'A'. O gabarito preliminar indica como correta a alternativa A. Todavia, o recorrente alega que a assertiva contida na letra A estaria incorreta. Então vejamos o que diz a Constituição Federal:

“Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I - o plano plurianual;
II - as diretrizes orçamentárias;
III - os orçamentos anuais.
(...)

- 8º A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.”

Como se vê, a correção da afirmativa é incontestável, à luz do que prevê a Carta Magna.

Assim sendo, o gabarito preliminar está correto.

QUESTÃO: 81 - MANTIDA alternativa 'C'. O limite máximo de despesa com pessoal para o Poder Executivo estadual é de 49% da receita corrente líquida. O limite prudencial corresponde a 95% do limite máximo, ou seja,

($0,95 \times 0,49 = 0,4655$) 46,55% da receita corrente líquida, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar 101, de 04/05/2000. Tendo em vista que a Receita Corrente Líquida é de R\$ 51.058 milhões, temos:

$$0,4655 \times 51.058 = 23.767$$

Esse é o valor que consta na alternativa C. Logo, o gabarito está correto.

Fonte: LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000:

Art. 20. A repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:

I - na esfera federal:

- a) 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas da União;
- b) 6% (seis por cento) para o Judiciário;
- c) 40,9% (quarenta inteiros e nove décimos por cento) para o Executivo, destacando-se 3% (três por cento) para as despesas com pessoal decorrentes do que dispõem os incisos XIII e XIV do art. 21 da Constituição e o art. 31 da Emenda Constitucional no 19, repartidos de forma proporcional à média das despesas relativas a cada um destes dispositivos, em percentual da receita corrente líquida, verificadas nos três exercícios financeiros imediatamente anteriores ao da publicação desta Lei Complementar; (Vide Decreto nº 3.917, de 2001)
- d) 0,6% (seis décimos por cento) para o Ministério Público da União;

II - na esfera estadual:

- a) 3% (três por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Estado;
- b) 6% (seis por cento) para o Judiciário;
- c) 49% (quarenta e nove por cento) para o Executivo;
- d) 2% (dois por cento) para o Ministério Público dos Estados;

III - na esfera municipal:

- a) 6% (seis por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver;
 - b) 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.
- 1º Nos Poderes Legislativo e Judiciário de cada esfera, os limites serão repartidos entre seus órgãos de forma proporcional à média das despesas com pessoal, em percentual da receita corrente líquida, verificadas nos três exercícios financeiros imediatamente anteriores ao da publicação desta Lei Complementar.
 - 2º Para efeito deste artigo entende-se como órgão:

I - o Ministério Público;

II - no Poder Legislativo:

- a) Federal, as respectivas Casas e o Tribunal de Contas da União;
- b) Estadual, a Assembleia Legislativa e os Tribunais de Contas;
- c) do Distrito Federal, a Câmara Legislativa e o Tribunal de Contas do Distrito Federal;
- d) Municipal, a Câmara de Vereadores e o Tribunal de Contas do Município, quando houver;

III - no Poder Judiciário:

- a) Federal, os tribunais referidos no art. 92 da Constituição;
- b) Estadual, o Tribunal de Justiça e outros, quando houver.

§3º Os limites para as despesas com pessoal do Poder Judiciário, a cargo da União por força do inciso XIII do art. 21 da Constituição, serão estabelecidos mediante aplicação da regra do § 1º.

§4º Nos Estados em que houver Tribunal de Contas dos Municípios, os percentuais definidos nas alíneas a e c do inciso II do caput serão, respectivamente, acrescidos e reduzidos em 0,4% (quatro décimos por cento).

§5º Para os fins previstos no art. 168 da Constituição, a entrega dos recursos financeiros correspondentes à despesa total com pessoal por Poder e órgão será a resultante da aplicação dos percentuais definidos neste artigo, ou aqueles fixados na lei de diretrizes orçamentárias.

§6º (VETADO)

§7º Os Poderes e órgãos referidos neste artigo deverão apurar, de forma segregada para aplicação dos limites de que trata este artigo, a integralidade das despesas com pessoal dos respectivos servidores inativos e pensionistas, mesmo que o custeio dessas despesas esteja a cargo de outro Poder ou órgão. (Incluído pela Lei Complementar nº 178, de 2021)

(...)

Art. 22. A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos nos arts. 19 e 20 será realizada ao final de cada quadrimestre.

Parágrafo único. Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder ou órgão referido no art. 20 que houver incorrido no excesso:

Gabarito preliminar correto.

QUESTÃO: 82 - ALTERA GABARITO DE ALTERNATIVA 'D' PARA ALTERNATIVA 'B'. A questão versa sobre as vedações impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal para as transferências voluntárias, pedindo para identificar quais das assertivas abaixo estão corretas:

- I. É vedada a realização de transferências voluntárias para o ente que não observar os requisitos essenciais da gestão fiscal, quais sejam: a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação.
- II. É vedada a transferência voluntária se não houver dotação orçamentária específica, bem como é vedada a utilização de recursos transferidos em finalidade diversa da pactuada.
- III. É vedado ao Estado efetuar transferência voluntária para municípios destinada ao pagamento de despesas de pessoal inativo e pensionista, permitida para pessoal ativo desde que eventual.

Analisemos cada uma delas:

I – A resposta para a análise da primeira assertiva é encontrada no parágrafo único e caput do artigo 11 da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000 – a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), onde se lê:

“Art. 11. Constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação.

Parágrafo único. É vedada a realização de transferências voluntárias para o ente que não observe o disposto no caput, **no que se refere aos impostos.**” (grifo da banca).

Como se vê, a redação da assertiva I é quase idêntica ao que consta no transcrito artigo 11 e seu parágrafo único. Quase. Porque, em verdade, há um importante detalhe que altera o seu sentido. No parágrafo único consta que são vedadas as transferências voluntárias para os entes que não observem os requisitos do artigo 11 em relação aos impostos e não em relação a todos os tributos, como consta na assertiva do item I.

Portanto, a assertiva claramente **não está correta**.

II – A segunda assertiva encontra respaldo nos parágrafos 1º e 2º do artigo 25 da LRF:

“§ 1º São exigências para a realização de transferência voluntária, além das estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias:

I - existência de dotação específica.

(...)

§ 2º É vedada a utilização de recursos transferidos em finalidade diversa da pactuada.”

Como se vê, a assertiva constante no item II da questão **está correta**.

III - Na terceira assertiva da questão, em sua parte final, está dito que é permitida a transferência voluntária para pagamento de pessoal ativo desde que eventual. Vejamos o que diz a LRF;

“Art. 25...

§ 1º São exigências para a realização de transferência voluntária, além das estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias:

(...)

III - observância do disposto no inciso X do art. 167 da Constituição.”

A LRF coloca como exigência para se viabilizar a transferência voluntária que seja observado o inciso X do art. 167 da Constituição Federal. O referido dispositivo assim está expresso:

“Art. 167. São vedados:

(...)

X - a transferência voluntária de recursos e a concessão de empréstimos, inclusive por antecipação de receita, pelos Governos Federal e Estaduais e suas instituições financeiras, para pagamento de **despesas com pessoal ativo**, inativo e pensionista, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.” (grifo da banca)

Como se vê, é vedada a transferência voluntária destinada a pagamento de pessoal ativo, sem exceção, o que torna a assertiva **incorreta**.

Dessa breve, mas exaustiva análise, resta a conclusão **que a única assertiva correta é a do item II**.

Como consequência, a **resposta correta da questão é alternativa da letra B e não da D**, como foi equivocadamente publicado no gabarito preliminar.

QUESTÃO: 84 - MANTIDA alternativa 'A'. A Lei 4.320, de 17 de março de 1964 assim prevê:

“Art. 34. O exercício financeiro coincidirá com o ano civil.

Art. 35. Pertencem ao exercício financeiro:

I - as receitas nele arrecadadas;

II - as despesas nele legalmente empenhadas.”

De uma leitura apressada da referida lei, poder-se-ia concluir que a Arrecadação e o Empenho seriam os estágios que afetam o ativo e o passivo da entidade pública. Todavia, é de se levar em conta, em primeiro lugar, que o enfoque da Lei 4.320/1964 é orçamentário e não patrimonial. Além do mais, como se vê na própria definição de empenho, este se constitui apenas numa destinação de parte da dotação orçamentária para futura realização de uma despesa. A emissão de uma nota de empenho, por si só, não gera uma dívida para o Estado, logo ela não é registrada no sistema patrimonial. O registro do empenho ocorre apenas nas contas de controle e informação orçamentária, conforme definido claramente no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.

Da mesma forma, os estágios de Previsão e Fixação não repercutem contabilmente no patrimônio do ente público.

O Lançamento da receita, todavia, esse importante estágio, em que se constitui o crédito público, requer registro contábil no sistema de contas de informação patrimonial. Isto se deve ao regime de competência, que deve ser observado na contabilidade governamental, em se tratando de registro de fenômenos e elementos patrimoniais. É com o lançamento da receita que se reconhece um direito a receber e, portanto, se faz um registro no ativo.

Nessa mesma linha, é de se lembrar que a liquidação da despesa gera uma dívida líquida e certa para o ente público, o que requer um lançamento contábil no seu passivo.

Portanto, a resposta correta da questão é A) Lançamento e Liquidação, de acordo com o gabarito preliminar.

QUESTÃO: 85 - MANTIDA alternativa 'B'. A questão versa sobre o exercício financeiro do setor público. Tema que consta no programa publicado, aliás, a questão adentra em temas como estágios e execução da receita e da despesa e regime contábil do setor público, tudo de acordo com a Lei 4.320/1954, também citada no programa contido no edital de abertura do concurso.

Na questão, é solicitada a análise das seguintes afirmativas:

- I. De acordo com a Lei nº 4.320/1964, o exercício financeiro coincide com o ano civil, exceto nos casos de calamidade pública, quando o exercício poderá ser estendido por até quatro meses.
- II. Pertencem ao exercício financeiro as despesas nele empenhadas, e devem ser inscritas em Restos a Pagar as despesas empenhadas e não pagas dentro do exercício.
- III. Pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas, portanto, as receitas apenas lançadas, mas não arrecadadas dentro do exercício não afetam a situação líquida patrimonial do respectivo ente público.

A primeira afirmativa traz uma excepcionalidade que não existe. Ou seja, o exercício financeiro coincide com o ano civil e ponto final. Não há exceções. Portanto essa assertiva **não está correta.**

A segunda assertiva traz duas afirmações que estão expressas na Lei 4.320/1964:

“Art. 35. Pertencem ao exercício financeiro:

(...)

II - as despesas nele legalmente empenhadas.

Art. 36. Consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas mas não pagas até o dia 31 de dezembro distinguindo-se as processadas das não processadas.”

Em resumo, ao exercício financeiro pertencem as despesas que foram nele empenhada, sendo que as que não foram pagas até o final do exercício devem ser registradas em restos a pagar, distinguindo-se as liquidadas das não liquidadas.

Ou seja, a segunda assertiva **está correta.**

A última afirmativa aborda as receitas sob o prisma do regime contábil adotado no setor público, que, em termos de contabilidade patrimonial é o de competência. Logo, as receitas lançadas mas não arrecadadas, embora não

reconhecidas nas contas de informação orçamentária como realizadas, são assim contabilizadas nas contas de informação contábil (patrimonial), sendo reconhecidas como uma Variação Patrimonial Aumentativa, o que afeta a situação líquida patrimonial do ente público.

Portanto, essa assertiva **não está correta**.

Em resumo, apenas a assertiva II está correta e, portanto, a alternativa certa é a da letra B, como constou no gabarito preliminar.

QUESTÃO: 93 - MANTIDA alternativa 'D'. A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais especifica em seu próprio título que trata-se de dados pessoais. Ademais, existe um capítulo que dispõe sobre o tratamento de dados pelo setor público, citado pelo próprio recurso, de modo que não existe erro na exposição da alternativa.

QUESTÃO: 94 - MANTIDA alternativa 'D'. Segundo Ramos e Schabbach (2012), 'a avaliação ex post é realizada durante a execução de um programa ou ao seu final, quando as decisões passam a se basear nos resultados alcançados. Quando o programa está em execução, julga-se se ele deve continuar ou não, com base nos resultados obtidos até o momento. Se a resposta for positiva, avalia-se se se deve manter a formulação original ou efetuar modificações, redirecionando os objetivos, propostas e atividades. Quando o programa já foi concluído, examina-se a pertinência do uso futuro da experiência, isto é, se o mesmo tipo de programa deve ser replicado ou não.'. Conforme o exposto, a alternativa I está correta ao afirmar que a avaliação ex post é realizada quando um programa já está sendo executado ou ao seu final.

QUESTÃO: 95 - MANTIDA alternativa 'C'. Conforme Nota Técnica do IPEA - Como elaborar Modelo Lógico*: roteiro para formular programas e organizar avaliação (Brasília, 2010) - marco lógico e modelo lógico possuem diferenças e semelhanças, sendo: 'As diferenças são mais de fundamento metodológico, por se constituírem em ferramentas cujas aplicações se remetem a dois campos complementares, mas originariamente distintos: planejamento de projetos e avaliação de programas.'. A nota explicita que o marco lógico - também conhecido como matriz lógica - foi sistematizado pela agência alemã GTZ em um guia de orientação para o planejamento de projetos, mais conhecido como ZOPP (Planejamento de Projeto Orientado por Objetivos). Já o modelo lógico é um recurso metodológico para explicitar a estrutura de programa orientado para resultados e foi desenvolvida por autores que se dedicam especificamente à avaliação de programas. Assim sendo, a única alternativa correta é a c.

QUESTÃO: 96 - MANTIDA alternativa 'E'. A questão trata de Plano Plurianual (PPA) e Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Ou seja, as alternativas representam informações sobre ambos.

São instrumentos de planejamento, conforme informações da CF/88, em seu art. 165:

§ 1º A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

§ 2º A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

Ambos preveem as prioridades da gestão, com previsão orçamentária. Ou seja, a única alternativa que apresenta uma informação incorreta é a E, ao expor que são instrumentos de avaliação de programas.

QUESTÃO: 97 - MANTIDA alternativa 'A'. Ainda que o edital não cite a lei específica que trata dos COREDES, cita 'O planejamento territorial e os processos participativos no Rio Grande do Sul: a atuação dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento e as experiências', sendo o COREDES Conselhos Regionais desenvolvimento e estando dentro do especificado. Ademais, a própria lei trata das responsabilidades dos Conselhos, que visam promover um espaço para discussão e promoção do desenvolvimento regional.

QUESTÃO: 98 - MANTIDA alternativa 'B'. A formulação é uma das etapas do ciclo de políticas públicas, não se referindo ao ciclo como um todo. Desta forma, a primeira alternativa não está correta, pois indicadores de eficiência, eficácia e efetividade são utilizados para aferição de resultados, na etapa de avaliação.

Ademais, segundo Jannuzzi, 'Indicadores sociais cumprem papel fundamental no dimensionamento de questões sociais latentes na sociedade que, vocalizadas adequadamente podem entrar na agenda prioritária de governo.'. Ou seja, auxiliam, sim, nas atividades de planejamento público, tornando a terceira alternativa falsa.

Ainda, o autor apresenta que: 'Um indicador social é uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas). É um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma. Os indicadores sociais se prestam a subsidiar as atividades de planejamento público e formulação de políticas sociais nas diferentes esferas de governo, possibilitam o monitoramento das condições de vida e bem-estar da população por parte do poder público e sociedade civil e permitem aprofundamento da investigação acadêmica sobre a mudança social e sobre os determinantes dos diferentes fenômenos sociais.'

Desta forma, resta claro que ao tratar de um indicador como um instrumento para monitorar a realidade ou como uma medida para quantificar um conceito abstrato, ambas tratam de afirmações verdadeiras.